

ACIMA DA LEI

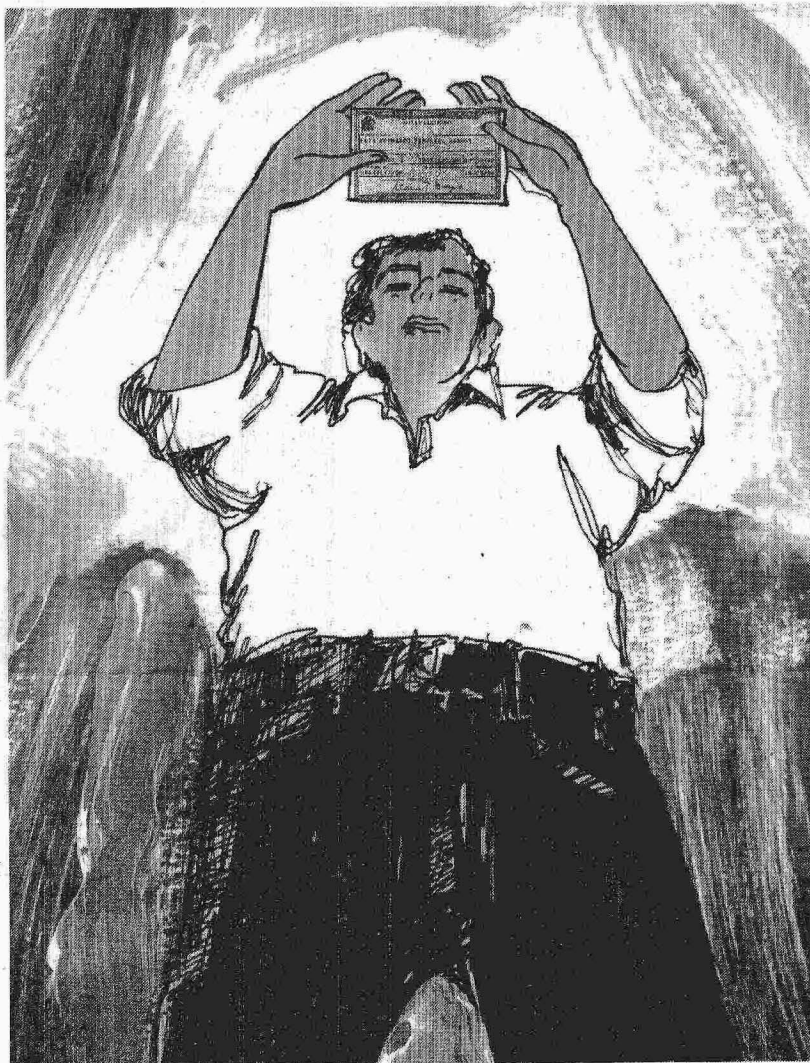
Alípio Severo

Eleição Brasil

Mesmo antes de concluída a apuração, que já chega hoje a mais de 90% das urnas e cerca de 75% dos eleitores, há um dado que chama a atenção no último pleito: a soma dos itens abstenção, votos nulos e brancos, chegava ontem, em números redondos, a 34 milhões de eleitores, enquanto os do presidente Fernando Henrique atingiam 33 milhões. Só os que se abstiveram de votar (se estivesse correto o cadastro da Justiça Eleitoral), representavam mais que os votos de Lula, e os nulos superavam, por larga margem, os de Ciro Gomes. Em proporção ao total de eleitores, os que não foram às urnas e os que, mesmo tendo ido, não deram o seu voto para nenhum candidato significavam 32% do eleitorado, enquanto os eleitores do presidente não passavam de 31%.

É claro que ocorre, nessa comparação, o mesmo fenômeno que ajudou a crucificar, prematura e injustamente, os institutos de pesquisas. Todos lembram que os diversos institutos concediam a Fernando Henrique uma proporção entre 45% e 47% da preferência do eleitorado, enquanto a apuração totalizada até ontem lhe concedia 52,67% de votos. A diferença é que nas pesquisas, não se considera o universo dos eleitores, mas apenas uma amostra de seu perfil, além de levar em conta os indecisos, os que não se manifestaram e os que se abstêm de escolher. E a apuração leva em conta, apenas, os votos válidos. É assim que os 46% de Fernando Henrique se transformam nos 53% do candidato vitorioso e os 25% ou 26% de Lula atingem os 32,16% do principal candidato da oposição.

Mas qualquer que seja a metodologia adotada, num ou noutro caso, a comparação, tanto em termos absolutos quanto relativos, parece alarmante. A abstenção que está em cerca de 19% não é tão grande, mas deve se situar, na ver-



dade, em cerca de 12%, que é a média dos últimos anos. A explicação é que o cadastro eleitoral, revisto em 1986, está defasado e não reflete a realidade. Pelo menos 6,9 milhões de abstenções referem-se a eleitores mortos no período ou

que, sendo eleitores, não estão obrigados a votar, como é o caso dos maiores de 70 e dos menores de 16. A tabela seguinte, mostra a comparação dos números do pleito de 94 em relação aos resultados de ontem, em milhões.

COMPARAÇÃO 94/98

Eleição	Eleitorado	Comparec.	Abstenção	Brancos	Nulos	Voto nos candidatos
1994	94,7	77,9	16,8	7,2	7,4	63,3
1998*	106	77,2	20,1	5,7	10,6	60,9

A comparação ainda não pode ser completa, na medida em que o número de votos nulos, brancos e o dos que foram dados aos candidatos ainda deve aumentar quando concluída a apuração, cujos resultados finais deverão estar sendo divulgados no início da próxima semana. O aumento do número de votos nulos, de 7,4 milhões em 94, para algo em torno de 11 milhões, que pode ser atingido até o fim do processo, pode ser atribuído ao uso da urna eletrônica e a média de abstenção, mesmo reduzida para 12 em vez dos 20 milhões, mostra uma realidade muito conhecida dos brasileiros. O cidadão faz, não aquilo que a lei o obriga, mas sim, aquilo que ele deseja. Os cidadãos que se abstêm de votar, e os que votam nulo e em branco, pertencem a duas categorias. Ou estão insatisfeitos com os candidatos e as instituições que têm, e votam sob protesto, ou, simplesmente, não se interessam pela política. E, com isso, são, efetivamente ou potencialmente, contra o voto obrigatório.

Como o voto no Brasil ainda é formalmente obrigatório, mas o que a lei efetivamente obriga é o alistamento e o comparecimento às urnas, é o "jeitinho" que dão para fugir ao que muitos entendem que seja um direito e não um dever.

É claro que estamos nos referindo, aqui, aos números para a eleição majoritária de presidente da República. Se estendêssemos a observação para a Câmara dos Deputados nas duas últimas eleições, por exemplo, os resultados seriam ainda mais chocantes, pois há pelo menos oito anos é a minoria dos eleitores que vota, já que as abstenções e os votos nulos e brancos representam mais de 50% do total.

É o cidadão que, não podendo colocar-se à margem da lei, usa o seu direito e, pelos meios que a liberdade individual lhe concede, acima dos poderes do Estado, coloca-se, é claro, acima dela.

■ Alípio Severo é professor universitário